

As Patologias do Fundo Monetário Internacional

Natália Hedlund Jardim

*Dionéia Gabrieli Valk*¹

Resumo: O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma das Organizações Internacionais (OIs) de maior relevância na economia global. Entretanto, assim como as demais OIs, ele tende ao desenvolvimento de um comportamento patológico que pode prejudicar seu funcionamento. Desse modo, esse artigo se propôs a identificar tais patologias e a analisar os efeitos que elas acarretam ao FMI por meio da aplicação dos conceitos do estudo de Barnett e Finnemore (1999) e pela perspectiva das teorias construtivista e de governança global. Foram identificadas três patologias: a irracionalidade da racionalização, o universalismo burocrático e o isolamento organizacional. Tais patologias comprometem a efetividade do FMI, levando-o a agir de forma inconsistente com sua missão e levantando questionamentos acerca da legitimidade da organização.

Palavras-chave: Fundo Monetário Internacional. Patologias. Racionalização. Burocracia. Construtivismo. Governança Global.

¹ Alunas de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1 Introdução

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma das Organizações Internacionais (OIs) de maior relevância para a economia internacional. A sua missão principal é assegurar a estabilidade do Sistema Monetário Internacional, através de: acompanhamento da economia global e das economias dos países membros, fornecimento de empréstimos a países com dificuldades de balanço de pagamentos e ajuda prática aos membros (IMF, 2017). Desse modo, busca auxiliar os países na tarefa de promover estabilização e, com isso, levar ao crescimento econômico de seus membros. Porém, o FMI, assim como as demais OIs, pode desenvolver um comportamento interno disfuncional ou patológico, prejudicando o cumprimento dos objetivos declarados da organização.

Segundo Barnett e Finnemore (1999), as patologias das OIs podem levar a um comportamento ineficiente e torná-las incapazes de alcançar o seu objetivo final, devido às suas características inerentes. Nesse sentido, o FMI é uma organização muito criticada por sua forma de atuação e de funcionamento, devido ao receituário indicado pelo FMI para resolver os desequilíbrios nas economias de seus membros. Uma das maiores críticas que se faz à instituição é que o tipo de programa aplicado não atende às especificidades de cada país, já que é usado sempre o mesmo modelo econômico para todos os ajustes. Desse modo, torna-se relevante realizar um estudo neste sentido acerca do FMI, pois estas patologias podem levar à ineficiência na atuação da organização, impactando as economias dos países que recorrem ao FMI através dos empréstimos e dos programas aplicados.

Duas teorias aplicadas às OIs podem auxiliar no entendimento do FMI e de suas patologias: o construtivismo e a governança global. Segundo Herz e Hoffmann, o construtivismo entende que:

Os atores não existem separados de seu ambiente social e dos sistemas de significados compartilhados, ou seja, da cultura. Atores e estruturas sociais são mutuamente constituídos. O ambiente social em que nos encontramos define nossas identidades como seres sociais; ao mesmo tempo, a agência humana cria, reproduz e muda a cultura através de práticas contínuas (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 73).

Dessa forma, uma organização internacional pode mudar a definição de interesses e identidades dos Estados e de outros atores e possuir uma cultura organizacional que influencia o seu comportamento e funcionamento.

Do mesmo modo, o campo global está agora preenchido com uma grande variedade de novos atores – como OIs, ONGs, corporações, associações profissionais e grupos de advocacia – que vão além da tradicional visão Estadocêntrica das relações internacionais (AVANT; FINNEMORE; SELL, 2010). O reconhecimento do papel desses novos atores, entre eles as OIs, torna relevante a realização de uma análise de seu funcionamento interno, de modo a reconhecer comportamentos disfuncionais e a compreender como essas patologias podem influenciar na efetivação dos objetivos finais das organizações (BRANDLOW, 2006).

A partir disso, surge o seguinte questionamento: de que forma as patologias do FMI afetam o funcionamento da organização e de seus programas? Diante dessa questão, pretende-se, através da revisão da literatura, investigar quais são essas patologias e se elas estão presentes no FMI por meio da aplicação dos conceitos do estudo de Barnett e Finnemore (1999). Com isso, analisar-se-ão os efeitos que essas patologias acarretam no FMI e em seus programas.

Para tanto, a seguir será abordado o conceito de patologia, com base nas patologias apresentadas no estudo de Barnett e Finnemore (1999), mostrando o que são e qual a sua implicação nas OIs. Após, será apresentado um breve histórico do FMI, buscando explicar seus objetivos, seu funcionamento e sua forma de atuação, de modo a compreender a cultura organizacional e a relação da organização com os países membros. Em seguida, será aplicado o estudo de Barnett e Finnemore (1999) ao FMI, com o objetivo de visualizar as patologias da organização e como estas podem levar a um comportamento disfuncional. Por fim, será analisado como essas disfunções afetam a organização e os seus programas aplicados nos países membros.

2 O Fundo Monetário Internacional e Suas Patologias

Nesta seção, serão abordadas as patologias das OIs, os aspectos históricos e funcionais do FMI e a aplicação das patologias apresentadas ao FMI. Por fim, verificam-se os efeitos destas patologias no Fundo e em seus programas.

2.1 Patologias das Organizações Internacionais

No contexto em que esse artigo se insere, as patologias podem ser definidas como disfunções comportamentais em uma organização internacional, decorrentes de diferentes culturas internas que a organização desenvolve; ou seja, as patologias surgem da cultura organizacional interna gerada quando tal cultura vai contra os objetivos essenciais da burocracia. De acordo com Barnett e Finnemore (2004, p. 39, tradução nossa)²: “a ênfase das burocracias nas regras, especialização e compartimentação pode se combinar para criar patologias de várias maneiras”. Os autores apontam cinco mecanismos que podem levar a patologias em OIs: a irracionalidade da racionalização, o universalismo burocrático, a normalização do desvio, o isolamento organizacional e a contestação cultural (BARNETT; FINNEMORE, 1999).

A irracionalidade da racionalização ocorre quando as burocracias incorporam regras e procedimentos de maneira exacerbada, de modo que estes acabam por influenciar os objetivos principais da organização. Tal influência pode gerar uma ineficiência no cumprimento dos objetivos, na medida em que as OIs deixariam de buscar regras e procedimentos de maior eficiência para a realização de suas missões. O universalismo burocrático, por sua vez, é observado devido à atuação simultânea em distintos contextos por parte das OIs. Tal atuação poderia levar ao estabelecimento de procedimentos padrões e regras universais, que não se adaptariam a diferentes contextos particulares. Desse modo, os resultados almejados podem ser comprometidos quando essas particularidades não são levadas em consideração no processo de planejamento (BARNETT; FINNEMORE, 1999).

Com relação à normalização do desvio, verifica-se que os desvios podem se tornar rotineiros, até o ponto em que são considerados normalizados – quando o desvio é institucionalizado; deixar que essas exceções aconteçam pode acarretar risco de falhas políticas para a organização. Já o isolamento organizacional refere-se à falta de feedback, quando os profissionais se fecham em seu corpo técnico podendo passar a ter uma visão distorcida do mundo, fazendo com que não se promova os objetivos principais da organização por não estarem em contato com informações relevantes e não reavaliarem seus modos. Os autores destacam, ainda, que há

2 Tradução nossa, 2019. Excerto original: “Bureaucracy’s emphasis on rules, specialization, and compartmentalization can combine to create pathologies in a variety of ways” (BARNETT; FINNEMORE, 2004, p. 39).

duas causas principais do isolamento associadas às OIs: o profissionalismo e a não existência de grandes pressões de desempenho vindas de fora, sendo que tal desempenho também pode ser difícil de mensurar (BARNETT; FINNEMORE, 1999).

Por fim, tem-se a contestação cultural na medida em que distintas partes das OIs desenvolvem diferentes maneiras de ver o mundo, acarretando no surgimento, dentro dessas organizações, de diferentes culturas e percepções acerca do ambiente e da missão da organização internacional; isso pode gerar choques de perspectivas concorrentes desenvolvendo, portanto, a patologia. Ressalta-se que essas patologias são importantes de serem estudadas, na medida em que toda a organização internacional pode desenvolvê-las. Na prática, normalmente, a organização se envolve com mais de um tipo dessas patologias por vez (BARNETT; FINNEMORE, 1999).

2.3 O Fundo Monetário Internacional

O Fundo Monetário Internacional é uma das três instituições multilaterais criadas na Conferência de Bretton Woods, em 1944, para gerir um novo sistema que vigoraria após a Segunda Guerra Mundial. O FMI, assim como a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial, tinha como objetivos gerais zelar pela estabilidade econômica no pós-guerra e evitar que os erros de política do passado se repetissem. Nesse sentido, o novo sistema monetário e financeiro estava centrado na manutenção da estabilidade das taxas de câmbio, no auxílio aos países no enfrentamento de déficits no balanço de pagamentos e na provisão de liquidez, quando necessário (SABAI, 2003).

Ao FMI cabem três funções: supervisão econômica, assistência técnica e assistência financeira. A supervisão econômica é feita através de estudos que, segundo o FMI, têm caráter preventivo, objetivando direcionar o país membro ao caminho da estabilidade, mesmo quando não se utilizam recursos da instituição. A assistência técnica, por sua vez, é prestada por uma equipe de técnicos especializados que auxiliam os países membros em diversas áreas, como na elaboração e implantação de políticas fiscais e monetárias e no desenvolvimento institucional das relações políticas do FMI. Por fim, a assistência financeira é feita através de

sete modalidades de crédito, que variam conforme a duração do empréstimo e o problema enfrentado pelo país tomador do empréstimo (SABAI, 2003).

Em relação à assistência financeira, cada país tem direito automático a tomar emprestado um valor correspondente a até 25% de sua quota no FMI sem qualquer condicionalidade específica. A partir desse limite, as autoridades nacionais devem se submeter a um conjunto de medidas que condicionam o desembolso das parcelas, definidas em conjunto com o corpo técnico do FMI e condicionadas ao desempenho econômico segundo metas predefinidas. Dentre as modalidades praticadas, a mais comumente utilizada são os acordos stand-by, os quais possuem duração de entre 12 e 24 meses e são destinados a corrigir desequilíbrios no setor externo dos países (SABAI, 2003).

Segundo Driscoll (1998), o FMI tem como política admitir qualquer país que tenha o controle de sua política externa e esteja disposto a cumprir a carta de direitos e obrigações da instituição. Diante disso, os países que ingressaram no FMI em sua fundação tiveram de estabelecer quotas de capital, as quais refletiam a situação econômica do país em relação aos demais países membros da instituição. Já as nações que ingressaram após 1945 tiveram de, além de estabelecer as quotas, reestruturar seu sistema econômico de acordo com a ordem capitalista (SABAI, 2003).

Além de estabelecerem o quanto poderá ser emprestado aos países, as quotas também determinam o número de votos de cada um dos membros. Dessa maneira, os países que contribuem mais têm maior poder de decisão na organização. Entretanto, os membros não podem aumentar a contribuição a qualquer momento para aumentar seu poder de voto, pois é o Conselho Executivo do FMI quem decide o quanto cada membro pode contribuir.

Atualmente, o FMI conta com 189 países membros e possui sede em Washington, D.C., nos Estados Unidos. O Conselho dos Governadores é o principal corpo de tomada de decisão da organização e se reúne uma vez por ano, consistindo em um Governador para cada país membro, o qual é escolhido pelo país membro e é, normalmente, um ministro das finanças ou chefe do banco central. O Conselho dos Governadores também pode delegar decisões ao Conselho Executivo, o qual possui 24 Diretores, cada um representando um país membro ou grupo de países,

e realiza as atividades diárias do FMI. Dos 24 Diretores, cinco são representantes dos países com maior quota na organização, e os demais são representantes de países ou grupos de países membros. Ademais, o FMI conta com um quadro de 2.700 funcionários, de 148 países, sendo a grande maioria especialistas em macroeconomia e sistema financeiro (IMF, 2017).

2.4 Patologias do Fundo Monetário Internacional

Ao final de 1950, o FMI deslocou suas preocupações políticas, que antes eram voltadas para economias europeias que estavam se reestruturando da Segunda Guerra Mundial, aos países emergentes do Terceiro Mundo. Porém, utilizou os mesmos programas econômicos em ambos os casos, tanto nas economias europeias quanto nas economias do Terceiro Mundo. Pode-se caracterizar tal fato como um comportamento patológico que envolve o universalismo burocrático, visto que, lidando com contextos locais diferentes, o FMI deveria utilizar políticas diferentes para situações que são demasiado particulares; seriam necessárias soluções distintas (BARNETT; FINNEMORE, 2004).

Adicionado a isso, o FMI se expandiu com o passar do tempo; isso fez com que suas competências e conhecimentos iniciais fossem suplantados. Ele foi somando objetivos que, em grande parte, o afastaram de seu objetivo principal; também se questiona se ele realmente é apto e capacitado para agir nessas novas áreas, como, por exemplo, no combate à pobreza. Dessa forma, houve, na prática, um congestionamento das metas da organização. Isso é identificado como uma fonte de patologia, mais precisamente a irracionalidade da racionalização, já que o meio influenciou o objetivo principal do FMI que era promover a estabilidade econômica nos países que sofreram choques no balanço de pagamentos, além de que novos objetivos podem se tornar conflitantes, o que coloca em risco o sucesso desta organização, podendo torná-la ineficiente (BARNETT; FINNEMORE, 2004).

Além disso, é importante observar também que os objetivos gerados internamente, partindo dos próprios especialistas da organização, têm maior relevância dentro do FMI, possuindo maior chance de serem efetivados quando sugeridos de dentro, do que os objetivos do ambiente externo, sugeridos pelos Estados ou outros atores do sistema internacional. Identifica-se, portanto, a tendência patológica

de isolamento, já que o FMI pode, por vezes, ignorar os objetivos daqueles a quem serve, dando maior peso ao que é desenvolvido internamente (BARNETT; FINNEMORE, 2004).

Por outro lado, destaca-se a posição de autoridade que o FMI representa, já que possui um conhecimento especializado. Os Estados membros delegam a ele a atuação em determinados domínios econômicos internacionais, de modo que a expertise determina a maneira como o FMI se comporta. Com tal característica, o FMI deve cumprir princípios morais, fazendo com que suas ações sejam consistentes com a organização, para, dessa forma, manter sua autoridade. Dessa forma, só deveria estabelecer políticas econômicas apoiadas em seu conhecimento técnico. Porém, também tem utilizado essa autoridade de outras maneiras, como para regular o comportamento dos países, encorajando-os ao cumprimento de determinadas regras. Por exemplo, no século XXI, o FMI passou a realizar intervenções de maior abrangência nos países membros, com o pretexto de buscar soluções que auxiliassem na estabilização econômica; soluções essas que não eram neutras, mas que, no século passado, pretendiam ajustar determinadas economias ao Consenso de Washington (BARNETT; FINNEMORE, 2004).

Desse modo, pode-se observar que o FMI sofre de disfunções estruturais que foram se desenvolvendo e comprometendo a eficácia da organização. Ressalta-se, ainda, que o FMI se comprometeu a praticar a boa governança por meio da assistência técnica e dos programas de financiamento, por meio da aplicação de medidas que fortaleçam a governança. Por isso, as distorções só seriam solucionadas com uma reforma na estrutura e nos princípios organizacionais do FMI. Não ocorrendo isso, não há garantias de que o FMI possa efetivamente exercer governança e fornecer maior auxílio ao crescimento econômico dos países (BRANDLOW, 2006).

2.4 Efeitos das Patologias no FMI e em seus Programas

As patologias verificadas no FMI apontam para um grande universalismo burocrático, isolamento organizacional e irracionalidade burocrática por parte da organização. Pois, ao deslocar seu foco das economias europeias em recuperação da Segunda Guerra Mundial para as economias emergentes do Terceiro Mundo, foram aplicadas as mesmas variáveis e modelos que funcionaram relativamente bem

nos países industrializados. Tais modelos previam rigidez na política monetária, privatizações, aumento nos preços internos de energia e de outras tarifas públicas, cortes nos gastos públicos e nos investimentos, metas de superávit e dívida pública e reformas no mercado de trabalho, no sistema tributário e no sistema financeiro, apontando, desse modo, para um universalismo na aplicação dos programas da organização.

Segundo Momani (2013), a razão para esse status quo deve-se a uma cultura organizacional tecnocrática e hierárquica do FMI que, como muitas organizações, é lenta ao abordar mudanças estruturais, buscando encontrar formas de instituir mudanças que sejam favoráveis à sua cultura organizacional entrincheirada. Seguindo uma crise de débito nos anos 1990 que atingiu diversos Estados membros do FMI, a resposta da organização foi aumentar o alcance e a amplitude de suas condicionalidades de empréstimo. Em meados da década de 1980, a maioria dos acordos de empréstimo do FMI incluía menos de dez condicionalidades, mas, no final dos anos 1990, muitos acordos de empréstimo do FMI incluíam mais de trinta. Isso mostrou que a solução encontrada pelo FMI para enfrentar este problema foi expandir as condicionalidades baseadas em seus modelos clássicos, ao invés de desenvolver novos modelos que se adaptassem à nova situação econômica mundial e aos novos tomadores de empréstimo (MOMANI, 2013).

Posteriormente, críticas externas por parte da sociedade civil, de acadêmicos e dos próprios Estados membros sobre o amplo escopo de condicionalidades aplicadas forçou o FMI a abordar internamente a mudança da natureza intrusiva das contrapartidas exigidas por seus programas. Mesmo assim, Momani (2013) aponta que pouco mudou após os esforços de diminuição das condicionalidades, já que os empréstimos aos países em desenvolvimento ainda apresentavam diversos requisitos e metas contracionistas para liberação dos empréstimos.

Do mesmo modo, o fato do FMI contar com um quadro de funcionários em sua grande maioria especialistas em macroeconomia e Sistema Financeiro cria um ambiente de isolamento organizacional. Isso, segundo Barnett e Finnemore (1999), faz com que os profissionais se fechem em seu corpo técnico e passem a ter uma visão distorcida do mundo, além de não reavaliar seus modos, gerando ineficiência. Segundo Momani (2013), verificou-se que o FMI continua a recrutar

predominantemente jovens economistas do sexo masculino, com idade média de 30 anos e nascidos no Ocidente, geralmente com pouca ou nenhuma experiência política, acabando de completar um doutorado e formados em uma rede pequena, embora larga, de universidades anglo-americanas favorecidas pelo FMI. De tal maneira, esse corpo tecnocrático homogêneo limita a capacidade da organização de considerar as circunstâncias sociais e políticas dos membros devedores e, conseqüente, de fornecer auxílio econômico baseado na situação estrutural de cada país (MOMANI, 2013).

Desse modo, a equipe do FMI tem uma tendência a fazer suas próprias regras, pois tem uma autoridade altamente reconhecida nos círculos internacionais de formulação de políticas econômicas e usa seu status de expertise para justificar suas ações. Segundo Barnett e Finnemore (2004), o FMI retira sua autonomia da habilidade de seus funcionários em moldar a agenda nas reuniões do Conselho Executivo e do fato de que as operações da organização geram lucro para financiar sua administração, de modo que ela não depende dos Estados para contribuições regulares, já que os custos administrativos são financiados pelos juros pagos pelos Estados que tomam empréstimos. Além disso, outro determinante crucial para autonomia do FMI é a sua autoridade especialista, já que é este conhecimento especializado que determina o que é colocado na agenda e o que é feito com o lucro gerado pela relativa autonomia financeira. Logo, há uma resistência interna à mudança de procedimentos quando essa mudança vai contra a ideologia dominante do FMI, uma doutrina macroeconômica conservadora (MOMANI, 2013).

Segundo Távora (2002), a maioria das críticas direcionadas ao FMI se deve a distância existente entre os objetivos desejáveis pela população, como crescimento, estabilidade dos preços e combate à pobreza, e os objetivos perseguidos pelo FMI, pelo menos no curto prazo. Conforme argumentado pelo FMI, suas políticas visam alcançar estabilidade econômica no país abalado o mais rápido possível. O crescimento econômico, portanto, ocorreria a partir desta estabilização. Porém, a experiência mostra que o ajuste proposto no curto prazo é difícil e oneroso para a economia e para a população dos Estados mutuários.

Por fim, Barnett e Finnemore (2004) explicam que as análises do FMI são matemáticas, baseadas em extensas estatísticas sobre as economias nacionais. Essa

quantificação ajuda a criar a percepção de que os especialistas são imparciais e de que suas análises são objetivas. Destarte, quando as condicionalidades propostas falham em resolver os problemas econômicos dos membros, a avaliação do FMI normalmente conclui que os seus modelos originais eram muito limitados e que certas variáveis, que contribuíram para a instabilidade financeira, devem ser remediadas através de novas condicionalidades. Desse modo, ao colocar suas normas e procedimentos padrão em primeiro lugar, o FMI acaba gerando uma irracionalidade burocrática, sendo ineficiente ao analisar as falhas em suas ações e, assim, afetando o cumprimento de seus objetivos principais de estabilização econômica. 3

3 Considerações Finais

O Fundo Monetário Internacional, como uma organização burocrática, apresenta patologias. Dentre as cinco patologias apresentadas por Barnett e Finnemore - a irracionalidade da racionalização, o universalismo burocrático, a normalização do desvio, o isolamento organizacional e a contestação cultural -, verificou-se, presente no FMI, três delas: a irracionalidade da racionalização, o universalismo burocrático e o isolamento organizacional. Essas patologias comprometem a efetividade do comportamento organizacional, levando o FMI a agir de forma inconsistente com sua missão principal – assegurar a estabilidade do Sistema Monetário Internacional –, levando a um questionamento acerca da legitimidade da organização como um todo.

Identificadas as patologias, buscou-se analisar os efeitos causados por essas patologias no FMI e em seus programas. Desse modo, constatou-se que o universalismo burocrático praticado pela organização faz com que a solução para os problemas na efetividade dos empréstimos e nos programas econômicos em resolver o desequilíbrio nos países tomadores de empréstimo seja sempre expandir as condicionalidades baseadas em seus modelos clássicos, ao invés de desenvolver novos modelos que se adaptem à nova situação econômica mundial e aos novos tomadores de empréstimo.

Do mesmo modo, o corpo tecnocrático homogêneo do FMI limita a capacidade da organização de considerar as circunstâncias sociais e políticas dos membros devedores e, diante disso, de fornecer auxílio econômico baseado na

situação estrutural de cada país, com maiores chances de promover o crescimento econômico e a melhoria nas condições de vida da população, além da estabilidade macroeconômica constantemente buscada. Por fim, nota-se que a irracionalidade burocrática gerada pelo FMI, ao colocar suas normas e procedimentos padrão em primeiro lugar, acaba tornando a organização ineficiente e afetando o cumprimento de seus objetivos principais de estabilização econômica nos países membros que recorrem ao seu auxílio financeiro e técnico.

Desse modo, de acordo com Brandlow (2006), três abordagens que propõem soluções aos problemas do FMI podem ser consideradas. A primeira abordagem considera o FMI uma organização falha e ultrapassada, cuja única solução seria seu desmantelamento. A segunda abordagem, por outro lado, considera o FMI necessário para a economia internacional, mas suas políticas, entretanto, devem passar por mudanças, com o objetivo de diminuir as distorções observadas no interior da organização. Por fim, a terceira abordagem defende uma reforma estrutural completa na instituição, pois somente alterações nas suas políticas não seriam suficientes para adequar o funcionamento da OI com as necessidades atuais de seus membros. Considerando as abordagens propostas e as patologias identificadas, tal abordagem parece ser a mais indicada para solucionar os problemas que criam uma barreira à eficácia do funcionamento do FMI, de modo a adequar os objetivos e métodos da instituição as necessidades atuais de seus membros,

Por fim, ao longo do desenvolvimento deste artigo, verificou-se que o estudo das patologias das organizações internacionais, e seus efeitos, não é um tema comumente abordado por teóricos e pesquisadores na área. Propõe-se, dessa maneira, a realização de maiores estudos relacionados às patologias das OIs – e, é claro, também do FMI. Dessa forma, poder-se-á utilizar o estudo das patologias para tratar ou minimizar os problemas que essas organizações enfrentam, aumentando a efetividade de seus programas.

Referências

AVANT, Deborah D.; FINNEMORE, Martha; SELL, Susan K. (Org.). Who Governs the Globe? Hamilton, NZ: Cambridge University Press, 2010.

BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. The Politics, Power, and Pathologies of International Organizations. *International Organization*, vol. 53, nº 4, 1999, p. 699-732.

BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha. Rules for the World: international organizations in global politics. New York: Cornell University Press, 2004, p. 16-72.

BRANDLOW, Daniel D. The Changing Role of the IMF in the Governance of the Global Economy and its Consequences. University of Johannesburg, 2006.

DRISCOLL, D. D. Qué es el Fondo Monetario Internacional?. Departamento de Relações Externas do FMI. Washington, set. 1998. Disponível em: <www.imf.org.br>. Acesso em 1 dez. 2017.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). Site oficial. Disponível em: <www.imf.org>. Acesso em 1 dez. 2017.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea. Organizações Internacionais: Histórias e Práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MOMAMI, Bessma. Limits on streamlining Fund conditionality: The International Monetary Fund's organizational culture. *Journal of International Relations and Development*, 2005, p. 142-163.

SABAI, Ernani Edvino. O Fundo Monetário Internacional e o Brasil: uma abordagem das várias fases de seu relacionamento (entre 1945 e 2002). Tese (Mestrado em Economia) – UFSC, Florianópolis, 2003.

TANG, Yi Shin. The International Politics of Legal Reforms: Hard Bilateralism, Soft Multilateralism and the World Bank's "Doing Business" Indicators. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.60, n.1, 23 Out. 2017.

TÁVORA, Ronaldo. FMI: origens, críticas e avaliação das políticas de estabilização. Tese (Doutorado em Economia) – UFRGS, Porto Alegre, 2002.

Pathologies of the International Monetary Fund

Abstract: The International Monetary Fund (IMF) is one of the most important international organizations in the global economy. However, the IMF, like other international organizations, tends to develop pathological behavior, which may undermine the organization's stated goals. Therefore, this paper aims to identify such pathologies and to analyze the effects they have on the IMF and its programs through the use of the concepts on pathologies developed by Barnett and Finnemore (1999) and through the perspective of the constructivist and the global governance theories. Three pathologies were identified: irrationality of rationalization, bureaucratic universalism and organizational isolation. Such pathologies compromise the effectiveness of the IMF, leading it to act inconsistently with its main mission and raising questions about the legitimacy of the organization.

Keywords: International Monetary Fund. Pathologies. Rationalization. Bureaucracy. Constructivism. Global Governance.